



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Sexto Termo Aditivo ao Contrato celebrado em 05.05.2020, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a empresa CRIART – SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA. (Processo Administrativo nº 8517762-22.2022.8.06.0000).

AD6/CT N° 09/2020

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. - Cambéa CEP: 60822-325 - Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por sua Presidente, Des. Maria Nailde Pinheiro Nogueira, e por seu Secretário de Gestão de Pessoas, Felipe de Albuquerque Mourão, e a empresa **CRIART – SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.**, representada neste ato por Sua Representante Legal, Sra. Lúcia Maria Simões Pereira, portador da carteira de identidade número [REDACTED], com endereço na Rua Tibúrcio Cavalcante, nº 2850, Bairro Dionísio Torres, em Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o número 07.783.832/0001-70, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, resolvem celebrar TERMO ADITIVO com base nas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento:

- a) Na manifestação do Secretário de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, constante do processo acima epigrafado;
- b) nas disposições contidas no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- c) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, de 10/11/2022, devidamente aprovado pela Exma. Sra. Des. Presidente do TJCE.

Cláusula Segunda – Do Objeto

Constitui objeto deste Termo acrescer 03 (três) vagas de auxiliar de Serviços Educacionais, representando um acréscimo de 8,046514%, no Contrato que tem por objeto a contratação de serviço continuado na área de educação, incluindo fornecimento de mão de obra uniformizada, cujos empregados serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e respectivas Convenções Coletivas de Trabalho no Ceará, para atender às necessidades da Creche do Poder Judiciário do Estado do Ceará, passando o valor da mão de obra de 142.104,90 (cento e quarenta e dois mil, cento e quatro reais e noventa centavos), para a **R\$ 152.091,39 (cento e cinquenta e dois mil e noventa e um reais e trinta e nove centavos)**, perfazendo no contrato um acréscimo total de 22,546111 %.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Cláusula Terceira – Da Ratificação

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

E, por acharem-se os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobre-citadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza/CE, 16 de novembro de 2022

Maria Nailde Pinheiro Nogueira
DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TJCE

Felipe de Albuquerque Mourão
SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TJCE

Lúcia Maria Simões Pereira
**REP. COMERCIAL DA EMPRESA CRIART – SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE
MÃO-DE-OBRA LTDA.**

TESTEMUNHAS: _____